

Segunda parte

Capítulo cinco - Serra do Ramalho. Modernização e colonização por pequenos produtores

John Wilkinson

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WILKINSON, J. Serra do Ramalho. Modernização e colonização por pequenos produtores. In: *O estado, a agricultura e a pequena produção* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp 129-166. ISBN: 978-85-9966-271-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo Cinco – Serra do Ramalho. Modernização e colonização por pequenos produtores

1. Introdução¹

O Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, localizado na margem oeste do rio São Francisco, do outro lado da cidade-santuário de Bom Jesus da Lapa, fornece em certos aspectos um caso puro de laboratório para se examinar a evolução da exploração agrícola familiar tradicional sob o impacto de uma estratégia modernizadora. O Projeto compreende cerca de 257.000 hectares, desapropriados em 1975 para receber um total projetado de 4.000 famílias. Esta população fora erradicada pela inundação provocada pela barragem de Sobradinho, construída mais acima do São Francisco, próxima à cidade de Juazeiro.

No entanto, a preferência dos colonos potenciais por outras alternativas, somada a uma alta taxa de desistência (mais de 20%), levaram a que o Projeto fosse aberto primeiro a famílias das vizinhanças da área desapropriada, e depois a um público mais amplo, de modo que, na época de nossa pesquisa (junho de 1981), das pouco mais de 3.000 famílias já assentadas, apenas 30% eram da região de Sobradinho, com 50% de municípios vizinhos à área desapropriada, e 15% de outras regiões, principalmente Mato Grosso do Sul (mais de 200 famílias).

Assim o projeto, embora elaborado como um mecanismo específico para atenuar as consequências sociais de uma apropriação capitalista exógena da área rural destinada à barragem, foi redefinido de modo a

¹ Para um relato das tradições de produção destas pessoas antes de sua retirada do local, cf. *Questão agrária e campesinato*, Ed. Polis, 1980, Paulo Sandroni. O estudo de Ghislaine Duque, *Estratégia camponesa: ação de classe disfarçada* (Encontro Realidade Nordestina, Campina Grande, 1980), uma recapitulação dos temas de sua tese de doutoramento *Casa Nova: Intervention du pouvoir et stratégie paysanne. Un municípe du Sertão baiano à l'heure de modernisation*, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1980, fornece um interessante relato das formas de resposta coletiva às opções apresentadas pelos órgãos estatais (inclusive a do Projeto de Colonização). Para uma descrição geral do impacto regional da barragem de Sobradinho, cf. Kathrein Tallworth, *Der Staudam von Sobradinho: Infrastrukturelle Erschliessung einer Region und Verelendung und Proletarisierung von Subsistenzbauern*, 1979, tese de mestrado, Universidade Bielefeld.

integrar-se à política estatal mais ampla de solucionar a questão agrária através de projetos de colonização e fornecimento de títulos de propriedade.

Deste modo, o projeto veio a tornar-se um importante elemento na estratégia em escala nacional do INCRA para esvaziar bolsões de tensão social pela oferta de glebas legalizadas com infraestrutura básica; presentemente, o PEC/SR está sendo usado para esvaziar a luta dos lavradores sem-terra no Estado do Rio Grande do Sul.² Do ponto de vista do INCRA, portanto, o projeto é acima de tudo um mecanismo social.³

Nisto, ele difere dos esquemas de colonização com base em irrigação, particularmente os da CODEVASF,⁴ também na região do São Francisco, e são antes de tudo projetos econômicos, cujos resultados são definidos em termos de produtividade, e não de títulos de propriedade de terra.

Todavia, os recursos do projeto vêm dos fundos do POLONORDESTE, e a estratégia de intervenção ao nível da produção é deixada essencialmente nas mãos da EMATER-Ba. Este órgão opera exatamente como no caso dos outros programas de desenvolvimento rural integrado, promovendo uma estratégia de modernização baseada, simultaneamente, na consolidação da pequena produção mercantil de unidades agrícolas de subsistência, e na subordinação de tal produção aos capitais industrial e financeiro através dos mecanismos do crédito orientado, assistência técnica, preços mínimos, seguro de crédito e cooperativismo.⁵

² Centenas de famílias de lavradores sem-terra acamparam durante meses, em 1981, às margens da auto-estrada federal no Rio Grande do Sul, reivindicando acesso a terra no próprio estado. O INCRA, representando o governo federal, promoveu com certo sucesso a emigração para vários projetos de colonização, entre eles o de Serra do Ramalho, tendo as primeiras famílias chegado lá para inspeção em dezembro de 1981.

³ Se podemos falar de uma estratégia econômica do INCRA para as áreas já ocupadas, ela é de eliminar o minifúndio e criar uma classe média rural. Cf. o Capítulo Um acima, que se refere especificamente ao Rio Grande do Sul.

⁴ Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, cuja política corrente é de irrigação baseada em médias e grandes empresas.

⁵ Como consequência do grau em que a estratégia de intervenção reproduz o modelo de desenvolvimento rural integrado, estão-se preparando mudanças para a integração formal do projeto ao PDRI São Francisco, que opera com impacto mínimo em municípios vizinhos.

2. Características específicas do projeto

Comparado com a região de Paraguaçu, este projeto oferece um certo número de vantagens importantes. Todos os colonos são público potencial para o crédito orientado e a assistência técnica, tendo direitos iguais em relação a suas glebas,⁶ e, o que a nosso ver tem igual importância, cada família tem acesso igual à terra, compondo-se de 20 ha o lote básico.⁷ Além disso, a agência bancária local (o Banco do Brasil é o único a servir o projeto, até agora) não coloca nenhuma restrição ao acesso a crédito para investimento, embora este último sofra da limitação de quotas imposta à própria agência.

As casas dos colonos são agrupadas fora das glebas, em pequenas comunidades conhecidas como “agrovilas”, compreendendo de 200 a 300 famílias. Estas concentrações permitem um acesso mais fácil e barateiam os serviços gerais tais como energia, água, saúde e comércio. Os serviços de extensão são distribuídos por todas as agrovilas, como o são, em grau muito menor, a infraestrutura de armazenagem e os serviços das Cooperativas.

Embora existam importantes desproporções no Projeto – concentração dos escritórios centrais do INCRA, da Cooperativa, da Extensão Rural, Saúde e Educação em uma agrovila – elas são mínimas, se comparadas com as desigualdades estruturais que afetam programas de modernização como o de Paraguaçu, discutido acima.

Esta igualdade formal em relação aos serviços de modernização, no entanto, oculta severas diferenças culturais entre os diferentes grupos de colonos. O colono de Sobradinho, antes de sua incorporação forçada ao projeto, estava tradicionalmente mais acostumado a pesca com pequenas criações, que a trabalhar como lavrador. Os que vieram das áreas circunvizinhas ao projeto tinham fortes tradições agrícolas, particularmente em plantio de arroz, mas eram basicamente produtores de subsistência, e como posseiros e parceiros, tinham pouco ou nenhum contato com serviços

⁶ Na época da pesquisa, nenhum título de propriedade havia sido cedido, e o INCRA era o proprietário legal, concedendo direitos de uso aos colonos mas exercendo controle sobre tal uso (por exemplo, excluindo a exploração pecuária, reservada para a fazenda de criação de gado do Projeto).

⁷ As poucas exceções foram devidas a condições de baixa fertilidade ou às miniglebas para pessoas aposentadas, no caso das que vieram de Sobradinho.

de extensão rural ou crédito. Em contraste, os de Mato Grosso do Sul já haviam trabalhado com crédito bancário, extensão rural, insumos modernos e mecanização.

Contudo, embora estas diferenças fossem cruciais para se analisarem as diferenças de respostas à estratégia de modernização, o objeto de nosso estudo é o impacto do crédito e da extensão rural, uma vez adotados. Neste caso, diríamos que o crédito orientado incorpora mecanismos disciplinadores que tendem a homogeneizar as práticas agrícolas. Tais mecanismos vão desde a elaboração de planos de produção específicos, como pré-condição para o crédito, até o controle da liberação dos recursos, os critérios para a obtenção de seguros de créditos e as condições de pagamento.

Porém, um elemento que tem de ser levado em conta é o grau de tecnificação atingindo antes da incorporação ao projeto, e, como veremos, cuidados foram tomados durante a pesquisa para se discriminar a origem dos recursos para aquisição dos equipamentos agrícolas e outros implementos.

Assim, este projeto oferece formalmente a vantagem de colocar o pequeno produtor numa relação direta com as instituições de modernização, livrando-o das distorções impostas pela inserção na estrutura latifundiária (inserção que existia no caso de Paraguaçu, como vimos, e que é o caso típico do Nordeste como um todo). Além disso, o colono está, por definição, comprometido a assegurar sua manutenção com base na produção agrícola de sua gleba (isto vale mesmo para o caso de Sobradinho, onde existiam outras opções, por exemplo, emigração para as cidades), na medida em que a região circundante está ocupada por uma atividade pecuária em rápida expansão, absorvendo pouca mão de obra e expulsando a maioria da que estava tradicionalmente ali fixada. Desse modo, o colono, ao vir para o projeto, identifica-se antes de tudo como um agricultor.

3. Análise dos dados globais

Uma vantagem adicional de estudar-se este projeto é que os dados disponíveis dos vários órgãos executivos estão relativamente completos. Vamos examinar parte deste material antes de considerar a informação obtida diretamente pela pesquisa de campo.

3.1. Crédito/área cultivada/mão de obra familiar disponível

Se compararmos as áreas cultivadas por agrovila com a mão de obra familiar disponível, computadas todas as pessoas acima de quinze anos, vemos que, à exceção da agrovila 9, há uma relativa homogeneidade tanto na quantidade de mão de obra familiar disponível quanto na área cultivada.⁸ (Ver a Tabela 23.)

Tabela 23 – Área média cultivada e mão de obra familiar disponível por agrovila – Safra de 1980/81

Agrovila	Área média cultivada (em ha) com e sem crédito	Mão-de-obra familiar disponível
1	3,9	2,7
2	4,8	2,6
3	4,0	2,3
4	5,9	2,5
5	4,7	2,9
6	4,6	3,1
7	5,0	2,6
8	5,9	2,8
9	9,3	2,9
10	4,6	2,4
11	5,0	2,6
12	4,9	2,6

Fonte: EMATER-Ba e FSESP. Cálculos do autor.

Neste sentido a agrovila 9, com uma alta média de 9,3 ha cultivados, pode ser vista como uma exceção. Ela é única com uma composição majoritária (e quase exclusiva) de agricultores provenientes de Mato Grosso do Sul, já experientes em métodos agrícolas modernos.

No entanto, se compararmos esta mesma mão de obra familiar disponível com a área média cultivada por agrovila, mas agora discriminando esta área de cultivo segundo o emprego de crédito deparamos com um quadro bastante diferentes (Tabela 24).

⁸ Dados sobre a produção da EMATER-Ba, e sobre a composição familiar, da FSESP (Fundação Serviço Estadual de Saúde Pública). Infelizmente, os dados da FSESP não fornecem uma discriminação para crianças acima de dez anos, cuja inclusão provavelmente teria dado uma imagem mais exata da mão de obra familiar disponível. Não obstante, nossa discussão aqui é comparativa, pelo que os dados são perfeitamente adequados.

Tabela 24 – Mão de obra familiar disponível e área cultivada por agrovila, com e sem emprego de crédito

Agrovilas	Área média por unidade com crédito em ha	Porcentagem de usuários de crédito (%)	Área média por unidade em crédito	Porcentagem média por unidade sem crédito (%)	Mão-de-obra familiar disponível (média)
1	5,5	53	2,2	47	2,7
2	6,2	39	3,8	61	2,6
3	4,4	88	2,3	12	2,3
4	6,4	85	3,0	15	2,5
5	5,6	66	3,0	34	2,9
6	4,8	87	3,7	13	3,1
7	6,1	54	3,8	46	2,6
8	6,6	71	4,0	29	2,8
9	9,4	98	3,8	02	2,9
10	5,6	45	3,1	55	2,6
11	5,8	70	3,5	30	2,4
12	5,4	82	2,5	18	2,6

Fonte: EMATER-Ba. Cálculos do autor.

O contraste fica ainda mais significativo quando se leva em conta que cada agrovila é relativamente homogênea, tendo-se feito a distribuição dos colonos provenientes de Sobradinho, das circunvizinhanças do projeto e de Mato Grosso do Sul mais entre agrovilas diferentes que dentro de cada uma delas. Em média, os que usam o crédito cultivam o dobro da área.

Várias hipóteses poderiam ser sugeridas para explicar estes fenômenos. Poder-se-ia pensar que as famílias que usam crédito têm mais mão de obra disponível que a média. No entanto, tal hipótese fica excluída quando se atenta para o caráter variável e majoritário dos que usam crédito (cf. Tabela 24, acima). Da mesma forma, a relativa homogeneidade de cada agrovila em termos da origem dos colonos eliminaria explicações baseadas em tradições agrícolas anteriores (embora estas tenham um importante papel, como o desempenho da agrovila 9 indica).

Assim, impõe-se a conclusão de que é o próprio crédito oficial que cria as condições para este aumento na área cultivada. Várias possibilidades, em combinação ou isoladamente, terão de ser examinadas durante nossa interpretação dos dados da pesquisa.

Com base na experiência de Paraguaçu, diríamos que o crédito reduz a necessidade de renda obtida fora da exploração agrícola, e permite uma dedicação integral à produção. Contudo, a força de um tal argumento é

limitada pela falta de um mercado de trabalho desenvolvido (urbano ou rural) nas vizinhanças do projeto.

Uma possibilidade adicional a ser explorada, ainda com base nos resultados de Paraguaçu, é uma intensificação do trabalho como um efeito do crédito orientado, embora isso tenha estado mais relacionado a um aumento no trabalho despendido por unidade cultivada.

Se examinarmos os dados elaborados pela EMATER-Ba, sobre a área cultivada com e sem crédito, observamos que a discriminação segundo os produtos é idêntica. Uma possibilidade que examinaremos em relação aos dados da pesquisa é que os cálculos da EMATER-Ba não incluíam os produtos típicos de subsistência e suas combinações que estão excluídos da lista dos produtos financiados pelo crédito oficial. Neste caso, a área cultivada pelos que não usam o crédito seria na realidade um tanto maior, diminuindo assim a diferença que favorece os usuários do crédito. Mesmo assim, é improvável que isto explique toda essa diferença.

Pode ser também que os usuários do crédito oficial adotem métodos de mecanização (neste caso, tração animal), facilitados pelo crédito de investimentos, que permitam um substancial aumento na área cultivada com o mesmo dispêndio de trabalho.

E, por fim, como no caso de Paraguaçu, é possível que o crédito seja o fator decisivo, permitindo a contratação de trabalhadores e a superação dos limites do trabalho familiar.

3.2. Demanda de mão de obra e mão de obra familiar disponível

Antes de examinar os resultados da pesquisa, podemos fazer uma ideia das dimensões da demanda de trabalho por unidade de área cultivada por meio de uma análise dos planos de crédito, que discriminam a mão de obra necessária segundo o sistema de produção, e para cada operação do ciclo agrícola.

Empregando os cálculos da EMATER-Ba, segundo os quais são necessários em média 30 homens/dia por hectare para limpeza do terreno, 13 para o preparo do solo e plantio, e um número semelhante para a colheita (estas são as médias para os diferentes produtos e combinações de produtos,

cujas variações são pequenas),⁹ calculamos o tempo necessário empregando-se apenas o trabalho familiar, baseando-nos nas médias por agrovila de área roçada e plantada com uso do crédito, e nas médias de tamanho familiar.

Supondo-se 24 dias de trabalho por mês, com trabalho exclusivamente familiar seriam necessários de 2 a 3,5 meses para a limpeza do terreno, e de 1 a 2 meses para o plantio e a colheita, com uma média de 5 semanas para cada uma dessas duas operações.

Uma vez que se reconheça deverem ser todas estas operações concluídas o mais rapidamente possível, para as ervas daninhas não tomarem a crescer antes do novo plantio, para as sementes poderem beneficiar-se da efêmera umidade das chuvas, e para a colheita não ser ameaçada por estas mesmas chuvas, fica claro que o trabalho unicamente familiar estará, no melhor dos casos, extremamente sobrecarregado, e será em geral absolutamente insuficiente. A proporção e distribuição precisas do trabalho assalariado e sua relação com o trabalho familiar serão examinadas na seção dedicada aos dados da nossa pesquisa.¹⁰

3.3. Crédito e tecnificação

Entre as safras de 1979/80 e 80/81, o número dos que recorreram ao crédito aumentou em cerca de 300%, subindo de 499 para 1.530;¹¹ mas, mesmo com este enorme aumento no número de usuários do crédito, a área média cultivada teve um aumento fracionário, de 5,6 para 5,7 ha.

⁹ Os cálculos da EMATER-Ba, para o preparo do solo, plantio e colheita são os seguintes, para os principais produtos e combinações de produtos cultivados no Projeto:

<i>Produtos</i>	<i>Preparo de solo/plantio</i>	<i>Colheita</i>
Algodão	12	10
Arroz	14	8
Amendoim	12	7
Mamona/Milho	13	8
Mandioca/Milho	16	7

¹⁰ É interessante assinalar que os dados empregados aqui para a área realmente cultivada são inferiores às médias contidas nos planos de crédito para a mesma safra: Agr. 1-6,1; Agr. 2-8,8; Agr. 3-4,9; Agr. 4-7,0; Agr. 5-5,9; Agr. 6-6,1; Agr. 7-6,6; Agr. 8-7,0; Agr. 9-9,2; Agr. 10-6,7; Agr. 11-6,3; Agr. 12-5,7. Isto pode ser uma indicação adicional da limitação do trabalho familiar associada a dificuldades para a obtenção de mão de obra extrafamiliar.

¹¹ Nos planos para o crédito, este número era ainda mais alto: 1.802.

O mais significativo, porém, foi o forte aumento na importância do crédito de investimento nas três últimas safras, subindo de 32% para 43% e 63% do total do crédito liberado, o que contrasta visivelmente com o caso de Paraguaçu.¹²

Só existem dados disponíveis sobre a natureza destes investimentos para 1980/81 (Ver Tabela 25). A predominância de “limpeza do terreno” é acentuada no caso deste Projeto, pois apenas 2 ha em cada lote foram desbravados pelo INCRA. Assim, qualquer avanço da área cultivada exige limpeza de terreno, a qual, como vimos, é extremamente trabalho-intensivo, além de depender exclusivamente de trabalho masculino. Deste modo, pode-se admitir que um importante motivo para se recorrer a crédito de investimento para limpeza de terrenos é, além da manutenção do trabalhador familiar, a necessidade de contratar mão de obra.

Embora este problema seja acentuado no caso do PEC/SR, é importante reconhecer que a transformação da produção de subsistência tradicional em unidades agrícolas comerciais, em razão da pequena área tradicionalmente cultivada, envolverá a necessidade de limpeza de novos terrenos e, com isso, a necessidade de crédito de investimento.

¹² Compreendendo um limite de Cr\$ 100 milhões para limpeza de terrenos e Cr\$ 300 milhões destinados a benfeitorias e equipamentos agrícolas.

Tabela 25 – Discriminação do crédito de investimento segundo agroviola (safra 1980/81)

Agroviola	Arame farpado (m)	Limpeza de terreno (há)	Carroças	Poços	Animais	Pulverizadores	Aspersores	Arados	Cultivadeiras	Manilhas	Equipamento para plantio	Moto-serras	Bombas d'água	Máquinas de beneficiaria	Motor	Barris	Aplicação de formicida
1	4,600	266	21	7	23	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	7,400	440	31	17	29	13	3	5	-	-	1	2	-	1	-	-	-
3	16,700	220	44	1	57	2	-	26	1	-	7	-	1	1	-	-	-
4	24,050	535	6	36	60	18	-	21	2	432	-	-	4	-	-	-	-
5	28,500	283	29	-	27	4	1	10	-	-	1	-	-	-	-	-	-
6	55,300	402	9	45	2	1	-	3	-	34	-	-	-	2	-	-	-
7	58,600	379	18	7	7	1	2	1	-	68	13	-	2	-	-	-	-
8	24,250	860	64	39	72	2	3	3	-	20	15	-	1	-	-	-	-
9	30,590	1,010	124	50	98	31	5	23	-	1,074	-	3	-	1	7	19	-
10	18,900	594	56	20	63	11	4	4	-	198	23	-	-	-	-	-	-
11	22,400	1,089	47	25	52	29	1	8	-	-	4	1	-	-	-	-	-
12	29,300	589	16	16	21	7	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	320,590	6,667	465	263	511	122	21	109	3	1,826	65	7	8	5	7	19	0

Fonte: EMATER-Ba, 1980/81, PEC/SR.

O segundo item a sobressair-se na tabela é relativo à construção de cercas. Uma das consequências da incorporação ao crédito orientado, no caso dos programas de modernização de pequenos produtores, é a valorização das lavouras, quando um ou dois produtos tradicionais são escolhidos para a produção comercial. As cercas são cruciais para isolar a lavoura dos pequenos animais domésticos que formam uma parte integrante da produção tradicional de subsistência. Assim, o cercamento da terra é uma consequência imediata da nova importância comercial conferida à produção.

Podemos dizer, portanto, que a incorporação ao crédito de custeio a curto termo leva a um envolvimento simultâneo com o crédito de investimento.

Assim, isto não representa um estágio avançado, conseqüente à consolidação da produção comercial, mas é a pré-condição para esta consolidação. Deste modo, o pequeno produtor fica rapidamente sobrecarregado com a necessidade de produzir o suficiente para quitar não só o crédito de custeio de curto termo, mas também as prestações dos empréstimos para investimentos. Os três itens que se seguem na Tabela podem também ser encarados como correspondentes a pré-condições para se transformar o estabelecimento agrícola numa unidade comercial. Cavalos e carroças são usados para transportar trabalhadores agrícolas, intensificando assim o tempo de produção no estabelecimento, e também para transportar equipamentos, sementes e produtos da safra, provendo assim também um meio de transporte interno para a unidade agrícola. A necessidade de suprimentos de água dentro dos lotes também é uma consequência deste maior investimento de recursos humanos e animais no próprio empreendimento agrícola.¹³

Contudo, embora estes itens sejam os mais onerosos em termos do crédito de investimento, eles se colocam sobretudo como pré-condições no contexto do projeto, onde os colonos moram afastados da unidade produtiva.¹⁴

O número de arados incluídos nos empréstimos para investimento representa um avanço significativo na transformação das condições do processo de trabalho, reduzindo o trabalho necessário para o preparo do solo, que, como vimos acima, demanda excessivos homens/hora em termos de trabalho familiar.

E, finalmente, o número de pulverizadores incluídos reflete um emprego crescente dos insumos modernos promovidos pelo “pacote tecnológico” da extensão rural.

¹³ Além disso, estes poços, embora não sirvam para irrigação, permitem a manutenção das pequenas criações domésticas, que, no caso do Projeto, não são financiadas pelo crédito oficial, mas formam parte da “economia clandestina” dos colonos.

¹⁴ Seriam necessários 4 sacos de 60 quilos para o cultivo de 6 hectares, e as glebas ficam muitas vezes a até 4 km das agrovilas.

É importante distinguir a questão do crédito de investimento da questão da “tecnificação”. Como vimos, o principal componente do crédito de investimento não se refere diretamente a transformações do processo de trabalho, nem à absorção de insumos agroindustriais modernos. A transformação de produtores de subsistência em consumidores de arame farpado, cavalos e carroças, e material para construção de poços, só beneficia diretamente a interesses tradicionais do pequeno capital, e portanto não pode ser encarada como parte da estratégia da agroindústria. Mais que tudo, essa transformação é um efeito da integração à agricultura comercial pela absorção de insumos específicos – sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos etc. e esta é a chave da estratégia de modernização.

Não obstante, esta necessidade de “capitalizar” é crucial no que tange a seu impacto sobre os pequenos produtores, na medida em que eles são imediatamente lançados a uma dependência do crédito de investimento e à sobrecarga extra de sua quitação. Assim, os pequenos agricultores são colocados numa posição de risco crescente face à eventualidade de uma má colheita.

Esta dependência aumentada em relação ao crédito deve portanto ser distingui da, em termos analíticos, de um processo de tecnificação, expresso pela incorporação de insumos agroindustriais modernos como pré-condição para a produção. Esta tecnificação manifesta-se de duas formas: primeiro, pela subordinação do processo de trabalho a meios de produção gerados em moldes capitalistas – inicialmente sementes selecionadas, adubos e defensivos, financiados pelo crédito de custeio – que, por sua vez, criam a necessidade de equipamentos agrícolas modernos (aqui, representados pelos pulverizadores), levando ao endividamento pelo uso do crédito de investimento. E, em segundo lugar, a mecanização buscada como alternativa face ao aumento da demanda de trabalho (no nosso caso, os arados representam este tipo de insumo economizador de mão de obra), mas também assim o pequeno produtor vê-se cada vez mais enredado em empréstimos para investimento. Em nossa análise dos dados da pesquisa, vamos considerar mais detalhadamente a relação precisa entre este processo de tecnificação e as estruturas do crédito de investimento oficial.

3.4. *Evolução do projeto nos anos iniciais*

Embora a expansão e aprofundamento contínuo do envolvimento com as estruturas oficiais do crédito e da assistência técnica tenha sido notável nas três últimas safras, foi o oposto o que ocorreu nos primeiros anos do projeto.

Como indicamos acima, na área desapropriada não existia uma tradição de cultivo comercial de alimentos que pudesse guiar os colonos. Estes eram, como já vimos, mais pescadores e criadores de gado que agricultores, e não tinham experiência com produção agrícola não-irrigada.

Em 1976/77, a EMATER-Ba elaborou planos detalhados de crédito para os 1.240 colonos provenientes de Sobradinho. Usando os dois hectares desbravados pelo INCRA como base, estabeleceu o objetivo de um hectare de milho consorciado com feijão, e outro de algodão. Mas, pelo relatório deste órgão no final do ano, fica claro que seus objetivos só tiveram um sucesso limitado, tendo sido substituídas as culturas programadas por uma variedade de outros produtos – arroz, mamona, mandioca, amendoim.

Reconhecendo a necessidade de se adotar uma flexibilidade maior (“A inserção numa economia de mercado deve ser conduzida sem que quebrem os valores e tradições anteriores”¹⁵), mas sem reconhecer a conexão entre uma economia de mercado e uma ruptura com os “valores e tradições anteriores”, a EMATER-Ba manteve a prioridade de feijão e algodão para a safra seguinte, que foi um fracasso completo.

Como resultado, em 1978/79, apenas 10% utilizaram-se do crédito oficial, e cerca de 300 famílias deixaram o projeto, tendo o resto recaído numa economia de subsistência. Isto levou a um marcado declínio na área total cultivada, e ao virtual abandono do algodão, que tinha sido imposto explicitamente para se garantir a comercialização, e com ela o pagamento dos empréstimos para investimentos.¹⁶

Aqui, uma série de aspectos merecem ser assinalados. A falta de tradição agrícola teve certamente um papel neste quadro, especialmente no que tange ao cultivo do algodão – lavoura que requer conhecimentos

¹⁵ Relatório da agência da EMATER-Ba, encarregada do Projeto, 1978.

¹⁶ A informação contida neste parágrafo e nos seguintes provém do relatório da EMATER-Ba mencionado acima.

especiais¹⁷ e um tratamento cuidadoso durante a fase de crescimento. Porém, os problemas-chave derivaram de deficiências internas aos próprios mecanismos modernizadores – do lado da produção, “sementes de baixa qualidade genética [feijão] e excessivos ataques de insetos [ao algodão]”,¹⁸ e, no caso de crédito oficial, uma recusa em incluir os colonos no esquema de seguro de crédito (PROAGRO).

É interessante que cerca de 25% dos colonos tenham abandonado o Projeto, mesmo sendo um projeto onde não existam pressões para sair e onde o INCRA não impôs sanções aos que ficaram em débito com o Banco. Os colonos que ficaram só puderam inscrever-se para o crédito em safras futuras na base de uma renegociação de seu débito.

Contudo, pode-se constatar que esta reversão a uma economia de subsistência não devia ser encarada como uma fuga à subordinação ao capital financeiro, mas sim como uma reincidência na estagnação: o interesse pelo crédito oficial renovou-se, tão logo se viu o esquema de seguro operando na safra seguinte. Isto coincidiu com uma atitude mais positiva para com os pequenos produtores por parte da agência local, que, até a chegada dos colonos, lidava quase que exclusivamente com comerciantes.¹⁹ Com a proclamação de uma anistia para o pagamento dos créditos cedidos durante a safra de 1981, atingida pela seca – anistia esta que a agência bancária local estendeu a todos os débitos contraídos desde o começo do projeto – a demanda pelo crédito subiu a quase 100%.

Esta experiência nos primeiros anos do projeto confirma mais uma vez numa forma negativa a relação entre aumentos na área cultivada e o uso do crédito, e aponta para as raízes conjunturais da volta à produção de subsistência (falta de seguro de crédito); que, por sua vez, não deve ser encarada como um avanço na direção da liberação do pequeno agricultor tradicional. Dada a elevada proporção dos que abandonaram o programa, sem que tivesse havido uma ameaça direta aos direitos sobre a terra,

¹⁷ Embora a estratégia da assistência técnica seja a de substituir as práticas “rudimentares” do produtor direto pelo “conhecimento especializado”, não se pode dizer que isto tenha sido aplicado nas condições de implantação do Projeto.

¹⁸ Aqui, leia-se: falta de emprego efetivo de inseticidas.

¹⁹ De acordo com o Diagnóstico da Região feito pela EMATER-Ba em 1976 os comerciantes foram responsáveis por 98% dos contratos, e por 83% do valor total do crédito oficial cedido.

podemos imaginar que o endividamento, associado a um provável retorno à dependência do capital mercantil tradicional,²⁰ representariam a última resistência antes da emigração. Por outro lado, o espaço para o arbítrio na aplicação do esquema de seguro de crédito colocava o pequeno agricultor modernizado sob um alto risco, particularmente se considerarmos a hostilidade da agência bancária local à orientação do pequeno produtor.

4. Interpretação dos dados recolhidos no estudo de campo

A detalhada pesquisa que realizamos na área, em julho de 1981, permitiu um exame mais global dos efeitos da incorporação ao crédito oficial, particularmente no que tange a seu impacto sobre o processo de trabalho.

4.1. Escolha da amostra

Com base na variável-chave, “uso ou não” do crédito oficial, uma amostra aleatória, distribuída segundo a área cultivada e a agrovila, foi extraída do local dos colonos que usaram e não usaram o crédito, de acordo com os dados da EMATER-Ba, para pelo menos duas safras. O tamanho da amostra foi baseado numa margem de erro de 5 a 6%, respectivamente, para usuários e não-usuários do crédito, resultando num total de 31 usuários e 46 não-usuários do crédito oficial.

Os dados da Tabela 26, que representam o universo do qual a amostra foi extraída, fornecem uma indicação dramática do impacto do crédito, pois exigiram a elaboração de dois grupos de distribuição com respeito à área cultivada, em vista das áreas reduzidas dos não-usuários do crédito.

Tabela 26 – Universo do qual foi extraída a amostra de pesquisa*

a) Produtores que recorreram ao crédito por 2 anos

Agrovilas	Subtotal	0-5	5-10	10-15	15-20
1	21	9	8	2	2
2	6	-	4	1	1
3	17	12	4	1	-
4	28	5	16	7	-

²⁰ O medo que o pequeno produtor teria do endividamento é frequentemente aduzido como um fator de limitação em relação à modernização induzida pelo crédito oficial. Mas esta posição não leva em conta o endividamento crônico do pequeno produtor nas mãos do capital mercantil tradicional, a taxas de juros muito mais altas.

5	2	-	2	-	-
6	25	10	11	3	1
7	13	4	7	-	2
8	99	30	54	13	2
9	86	7	47	24	8
10	69	17	44	6	2
<i>Total</i>	366	94	197	57	18

b) Produtores que não recorreram ao crédito por 2 anos

<i>Agrovilas</i>	<i>Subtotal</i>	<i>0-2,5</i>	<i>2,5-5</i>	<i>5-7,5</i>	<i>7,5-7</i>
1	43	36	6	1	-
2	81	38	26	9	8
3	32	19	12	1	-
4	47	31	12	2	2
5	64	38	20	5	1
6	59	16	18	11	14
7	32	6	22	4	-
8	65	32	18	9	6
9	11	6	3	1	1
10	73	26	27	6	14
11	22	10	12	-	-
12	14	10	4	-	-
<i>Total</i>	543	268	180	49	46

Fonte: EMATER-Ba e CEPA-Ba.

* Após examinar-se a distribuição da área exata cultivada por cada produtor foi elaborado um novo estrato de divisão. Os usuários de crédito foram divididos entre os cinco grupos a seguir: 0-3 ha; 3-6 ha; 6-10 ha; 10-15 ha e 15 ha ou mais. Os não-usuários foram divididos em grupos de 0-1; 1-3; 3-6; 6-10 e 10-15 ha.

4.2. Crédito oficial e capital mercantil

Mais que no caso de Paraguaçu, aqui o crédito oficial tem uma predominância quase exclusiva e apenas um colono da amostra dos usuários do crédito oficial indicou uma fonte suplementar de empréstimos, sob a rubrica “parentes e amigos”.

Pode-se pensar que esta ausência de capital proveniente dos fornecedores tradicionais de empréstimos fosse um produto específico do caráter do projeto, que é controlado pelo Estado. Até um certo ponto, esta explicação é válida; mas os dados referentes à comercialização mostram que o capital mercantil de modo algum foi excluído pela existência de uma

Cooperativa dentro do projeto. Na realidade, a figura do carreteiro na região foi fortalecida pela criação do projeto, e até predomina para os dois produtos mais cultivados: milho e algodão.

No decorrer de nossas investigações descobrimos duas outras fontes não-agrícolas de renda dos colonos. A primeira delas, produto do estado virgem em que se encontravam muitos dos lotes, foi a madeira, objeto de atividade intensa, embora localizada. Sua comercialização representou conjuntamente, para vários agricultores, a principal fonte de renda, em vista dos repetidos fracassos de safras.

Um bem organizado sistema de carreteiros é o maior beneficiário deste comércio, apesar da intervenção paralela da Cooperativa, que também possui uma serraria dentro do projeto. Mas esta é uma rede de comércio especializada, que não forma parte do capital mercantil responsável pela comercialização dos gêneros alimentícios produzidos no projeto, e não há evidência de seu envolvimento enquanto fonte não-oficial de crédito.

A segunda fonte de renda não-agrícola dos colonos só foi detectada no decorrer de nossa investigação, e, embora não fosse passível de quantificação por meio das entrevistas formais, pareceu representar uma fonte possível de capital usuário mercantil disfarçado.

Observou-se que, especialmente nas agrovilas menos orientadas para o crédito oficial, vários colonos mantinham pequenos estoques de alimentos enlatados, e outros gêneros de diversos tipos, para venda. A hipótese de que isso refletisse um processo de “kulakização”, envolvendo uma diversificação de interesses por parte dos agricultores mais bem-situados, teve de ser descartada, em vista da associação desta venda com a categoria mais pobre dos colonos.

Na realidade, estes gêneros são cedidos por comerciantes da cidadezinha próxima, a preços iguais ou superiores aos do varejo local, numa base renovável quinzenalmente, com taxas de juros incluídas. Para o colono, por sua vez, isto representa uma pequena fonte de renda monetária regular, e talvez também uma fonte complementar de consumo.

As condições de monopólio criadas pelo projeto de colonização permitem, portanto, uma fusão peculiar dos capitais mercantil e usuário tradicionais. Não obstante, embora possa representar um importante mercado para um ou dois comerciantes, este monopólio se restringe aos

espaços deixados pelos armazéns oficiais da COBAL (Cia. Brasileira de Alimentos), localizados em cada agrovila.

Assim, podemos dizer que o projeto abriu uma certa área para o capital usuário, envolvendo uma fração não insignificante de colonos; mas estes, em geral, estão entre os (mais marginais) não-usuários do crédito oficial. Tal hipótese é confirmada pela amostra baseada em não-usuários do crédito oficial.

Infelizmente, esta amostra foi afetada pela inadequação dos dados da EMATER-Ba, no sentido em que 26% dos colonos incluídos entre os “não-usuários de crédito por dois anos” tinham recorrido a alguma forma de crédito oficial em um desses dois anos. Porém, dentre eles, quase a metade só havia recebido crédito de investimento para limpeza de terreno. Outros 11% do total, embora não tivessem usado o crédito nos anos em que os cálculos foram baseados, tinham recorrido a ele em anos anteriores.

Assim, podemos dizer que cerca de 25% dos não-usuários do crédito oficial na amostra tinham experiência com crédito para custeio, embora apenas dois deles estivessem usando tal crédito para o ano agrícola em que a pesquisa foi realizada. A maioria dos ex-usuários do crédito haviam-no empregado na safra desastrosa de 1977/78, e como resultado tinham desistido em anos subsequentes. Várias substituições foram feitas para se manter a pureza da amostra, mas nem sempre isto foi possível. Além disso, nove dos entrevistados não conseguiram completar o questionário adequadamente, reduzindo-se assim a amostra final de 46 para 37. Nossa análise deverá portanto levar em conta estes fatores limitativos, empregando a amostra dos não-usuários do crédito oficial mais para fins ilustrativos do que conclusivos.

O que podemos concluir das dificuldades envolvendo esta amostra é que, estando o crédito oficial geralmente disponível no projeto, isto tem suas repercussões mesmo para aqueles que não se beneficiam de tal crédito. Isto fica claro pelo fato de que nenhum dos incluídos na amostra dos não-usuários tenha declarado ser dependentes de outras fontes de crédito. Parece, então, que os colonos optam por esta forma de crédito, ou então preferem fiar-se em seus próprios recursos. A entrada do capital usuário tradicional não é proibida pelo INCRA, mas tem seu âmbito de ação quase eliminado pela opção do crédito oficial.

4.3. Crédito e produtor de mercadorias em novo estilo

Se o crédito oficial marginaliza o capital usuário tradicional para os colonos integrados aos empréstimos bancários, a produção agrícola passa a ser uma função quase exclusiva deste crédito, com a área plantada (161,1 ha) sendo virtualmente igual à área programada (162,8 00).

Isso significa que a safra toda é agora encarada sobretudo em termos comerciais, e só após os empréstimos terem sido pagos é que o agricultor pode optar pelo consumo doméstico de uma fração dos produtos de sua colheita. A proporção da safra não comprometida pelas condições do crédito irá diminuir ainda mais quando o agricultor começar a resgatar as parcelas do crédito de investimento, além do crédito de custeio. Por sua vez, esta pressão para o pagamento levará à escolha de produtos para plantio em função de preços mais elevados, embora o ritmo de tal tendência vá ser determinado pela extensão da experiência de cada agricultor, somada à estrutura de comercialização existente na área.

A subordinação da produção às determinações do crédito oficial acarreta, portanto, como consequência necessária, a eliminação da agricultura de subsistência; a produção e o consumo perdem sua relação direta, passando a ser mediados pelo mercado. Mas, ao mesmo tempo, as condições clássicas da produção simples de mercadorias, registradas na fórmula de Marx “ $M-D-M$ ”, também não ocorrem. O ciclo de produção do agricultor em processo de modernização deve agora ser definido como “ $D^1-M^1-M^2-D^2$ ”, onde D^1 representa o crédito oficial, M^1 os insumos e mercadorias que possibilitam a produção (sementes selecionadas, trabalho assalariado, adubos, defensivos), M^2 os produtos colhidos, e D^2 o seu preço no mercado. Só na medida em que D^2 exceda D^1 , existirá a possibilidade de M^3 (mercadorias para consumo familiar), e D^3 (abrindo condições para a continuação autônoma do ciclo de produção, mesmo para a acumulação).

É claro, porém, que D^2 pode ser menor que D^1 . Neste caso, o crédito oficial é capaz de impedir a reversão à produção de subsistência pela eliminação da diferença (no caso da aplicabilidade do seguro de crédito) ou pela sua absorção por meio de novos empréstimos, sem prejuízo a curto prazo para as perspectivas de produção, mas com a probabilidade de que futuros M^3 , e mesmo D^3 , vão ser severamente reduzidos. Exploraremos melhor este elemento mais adiante neste Capítulo, quando considerarmos a renda agrícola.

4.4. Assistência técnica, especialização de produtos e transformação do processo de trabalho

Tendo estabelecido o grau em que os usuários do crédito oficial têm seus planos de produção totalmente determinados por ele, passemos agora a um exame dos efeitos deste crédito orientado e das transformações que ele provoca no processo de produção.

Como consequência, principalmente, de se ter caracterizado a produção do pequeno agricultor, nos debates sobre a agricultura brasileira, como a fonte dos alimentos básicos (feijão, arroz, farinha), um dos efeitos centrais do crédito tem passado repetidamente despercebido.

Dentro da problemática da modernização do pequeno produtor, esta questão assumiu a forma de uma discussão sobre dever-se ou não considerar o crédito como um mecanismo para consolidar esta produção de gêneros alimentícios, entendida como extensão orgânica da produção tradicional de subsistência, ou se as culturas tipicamente “comerciais” deviam também ser estimuladas.²¹

Esta polarização, contudo, obscurece a novidade crucial do crédito, que, independentemente da promoção de culturas alimentares típicas ou “comerciais”, gera uma profunda ruptura com o padrão da agricultura familiar tradicional, pela imposição de uma produção especializada.

As linhas de crédito são liberadas para produtos específicos e combinações limitadas de culturas, enquanto a agricultura familiar tradicional mescla toda uma gama de lavouras dentro de uma mesma área cultivada. Ao tempo de nossa pesquisa, o contraste entre os padrões de produção dos usuários e não-usuários de crédito era tão grande que os códigos de produtos, elaborados com base nos padrões de produção promovidos pelo crédito, tiveram de ser grandemente ampliados, para incluir as mais variadas combinações de lavouras que os não-usuários de crédito adotavam.

Assim, o principal impacto qualitativo do recurso ao crédito é que a família, ao lançar mão dele, sofre um processo de especialização produtiva, qualquer que seja o produto promovido.

A mudança de cinco ou seis culturas alimentares para uma ou duas não é uma simples redução quantitativa, na medida em que destrói a base da produção familiar de subsistência e, com isso, transforma os produtos remanescentes em culturas comerciais, eliminando assim a distinção entre produção comercial e a de “culturas alimentares”.

Esta transformação, por sua vez, desloca os padrões anteriores, impondo uma simultaneidade maior nos elementos do processo produtivo, e criando uma pressão pela extrapolação dos limites do trabalho familiar. Além dessa mudança qualitativa, percebe-se que a influência da assistência técnica impõe modificações na maneira de se conduzir o processo produtivo, em relação a estas culturas tradicionais (ver Tabela 27, adiante). 58% dos respondentes declararam que seus sistemas de produção tinham sido indicados pela Assistência Técnica, e outros 54% afirmaram que esta última havia também influenciado suas técnicas produtivas. Indagados sobre o impacto da Assistência Técnica sobre o volume do trabalho agrícola, 73% dos produtores declararam que esta havia aumentado, enquanto que, em contraste, apenas 27% acusaram um aumento na produção.

²¹ No contexto deste debate o Banco Mundial tem enfatizado a produção dos alimentos básicos tradicionais à pequena produção (vejam propostas do Banco em relação as PDRI Paraguaçu).

Tabela 27* – Influência da assistência técnica de acordo com o estrato e a agrovila (usuários de créditos)

Estrato / Agrovila	Escolha de lavou- ras sugeridas pela ass. técnica	Escolha de lavou- ras feitas pelo produto	Téc. prod. influen- ciadas pela ass. técnica	Téc. prod. não influenciadas pela de trab. em conse- dução após a ass. técnica	Aumento do vol. quência da ass. téc.	Aumento na pro- dução após a ass. técnica
Estrato 0-3 Agrovila 3	1	—	—	1	—	—
Estrato 3-6 Agrovila 1	1	—	—	1	1	—
3	—	1	—	1	—	—
6	—	1	—	1	—	—
8	3	2	3	2	4	1
Estrato 6-10 Agrovila 4	1	1	—	2	2	1
8	1	—	1	—	1	—
9	1	1	2	—	1	—
10	2	—	2	—	1	1
Estrato 10-15 Agrovila 4	—	1	—	1	1	1
6	—	1	1	—	1	1
8	—	1	1	—	1	—
9	1	1	1	1	2	1
10	1	1	1	1	2	—
Estrato 15+ Agrovila 9	3	—	2	1	2	1
Total	15	11	14	12	19	7

* Cinco questionários ficaram incompletos para esta seção.
Fonte: Pesquisa de Campo, PEC/SR, 1981 — CEPA-Ba.

Se compararmos o grupo de 10 a 15 ha com os estratos 0-3 e 3-6, podemos ver que, nestes últimos, embora a maioria tenha sido influenciada pela Assistência Técnica na escolha de seu padrão de culturas, apenas uma minoria reconhece uma influência dela em relação ao modo de cultivar. No estrato de 10 a 15 ocorre o oposto, sendo minoritária a proporção dos agricultores dependentes da Assistência Técnica para mudanças nos sistemas de produção, e majoritária a proporção dos que indicam dependência no que tange a técnicas produtivas.

Isto sugeriria que, na fase inicial do emprego do crédito orientado, o impacto básico ocorre ao nível de mudanças nos sistemas de produção ou no próprio sistema de produção (em consonância com nossas colocações feitas acima), enquanto que, com maior envolvimento, tende-se à incorporação dos “pacotes tecnológicos”, com sistemas de produção já definidos.

Além das pressões aumentadas sobre o processo de trabalho como um resultado da especialização e de influência da Assistência Técnica, observou-se que 80% dos usuários do crédito ampliaram sua área cultivada

de um ano para o outro. Todas estas mudanças questionam a suficiência do trabalho familiar tradicional, e evidenciam a importância do trabalho não-familiar.

4.5. Crédito e contratação de mão de obra

35% dos usuários do crédito admitiram empregar formas de ajuda mútua não-remunerada. No entanto, se decomposermos esta informação pelos estratos definidos pelo das áreas cultivadas, veremos que o emprego da ajuda mútua diminui à medida que aumenta o tamanho destas áreas. Nos estratos de 0-3 e 3-6 ha, a maioria declarou-se usuária da troca de trabalho, enquanto no estrato de 6-10 tais usuários são uma minoria, e virtualmente desapareceram no caso das duas maiores categorias de áreas cultivadas. Além disso, uma nítida maioria desses agricultores respondeu negativamente quando indagados se sabiam do emprego da ajuda mútua em outros lotes.

Pode-se verificar que a ajuda mútua, mesmo quando é comum, não tem um grande peso em termos do ciclo agrícola, se se examinam as respostas dadas à questão de ser a ajuda mútua considerada uma ocorrência ocasional ou uma parte regular das várias fases do ciclo agrícola.

Somente 45% dos entrevistados conseguiram responder a esta questão, e 50% deles declararam ser a ajuda mútua uma ocorrência ocasional. A maioria dos que a consideraram uma prática regular concentrou-se em uma agrovila (10).

Assim, um total aproximado de apenas 23% dos usuários do crédito consideraram a ajuda mútua uma prática regular que responde às necessidades das diferentes fases do ciclo agrícola; e estes, em sua maioria, pertencem aos estratos de menores áreas cultivadas, o que indica terem menor envolvimento com o crédito oficial.

68% dos usuários de crédito declararam contratar mão de obra. Destes, 19% o fazem para todo o ciclo agrícola, 43% para fases específicas deles, e 48% apenas ocasionalmente. No que tange à forma de pagamento, predomina a remuneração salarial pura (68%), quase sempre paga por dia.

Comparando estes resultados com os dados referentes aos não-usuários de crédito, vemos que apenas 32% destes declararam empregar trabalho assalariado. Portanto, a hipótese de que o crédito oficial é um

importante fator condicionante de contratação de mão de obra obtém forte apoio a partir desses dados, que também confirmam a relação entre estes dois elementos (uso do crédito e contratação de trabalho) e o aumento na área cultivada. Reconhecendo a dificuldade de quantificar os dados no contexto de uma entrevista formal, elaboramos uma ampla gama de questões, visando a esclarecer melhor o significado do crédito para os pequenos produtores, e, especificamente, o impacto dele sobre a organização do processo de trabalho. Imaginamos que este método de aproximações sucessivas possa fornecer uma base mais sólida para a interpretação.

Se considerarmos as razões dadas pelos colonos para o uso *de* crédito, vemos que a compra de insumos modernos vem em primeiro lugar, acima da manutenção da família e contratação de mão de obra. Isto contrasta com a interpretação sugerida para o caso da pesquisa de Paraguaçu,²² onde o crédito foi exclusivamente relacionado à contratação de mão de obra, e certamente reflete a maior penetração dos serviços de oferta de insumos e implementos, relacionada à assistência técnica, e em resultado da presença da Cooperativa no Projeto.

Nas respostas dadas a uma questão semelhante, porém referida ao uso de fato do crédito de custeio, discriminando os diferentes elementos do processo produtivo, a contratação de mão de obra assume o primeiro lugar, ao lado da manutenção da família.

A importância monetária do trabalho contratado é confirmada ainda mais significativamente quando considerarmos os custos de produção declarados pelos colonos, onde os salários constituem 68% do total.

4.6. Trabalho familiar x não-familiar

Na Tabela 28, a seguir, faz-se uma tentativa de quantificar a participação do trabalho assalariado em cada fase do ciclo agrícola. Embora seja necessário considerar estes números com a devida cautela, dadas as dificuldades de uma quantificação precisa, pode-se ver que o trabalho assalariado constitui um fator significativo em todos os estratos, exceto o de 10-15, e que sua importância se estende a todas as fases do ciclo agrícola. Particularmente significativa é a percentagem do trabalho assalariado na

fase de Plantio-Tratos Culturais, refletindo a influência do pacote tecnológico da extensão rural e a absorção de insumos modernos. Isto contrasta com os dados sobre o emprego de trabalho assalariado pelos não-usuários de crédito, que só assume alguma importância na fase da colheita.

No caso do estrato de 15 ou mais ha, a mecanização é aparentemente o principal fator que limita o peso do trabalho assalariado nas fases de preparo do solo e de plantio (compare-se isto com os dois estratos mais baixos), pois todos os entrevistados deste estrato possuíam arados de tração animal.

Tabela 28 – Participação percentual do trabalho assalariado e familiar, segundo o estrato e a fase do ciclo agrícola.

Estrato	0-6 (ha)		6-10 (ha)		10-15 (ha)		15 ou + (ha)	
	Fam.	Ass.	Fam.	Ass.	Fam.	Ass.	Fam.	Ass.
Prep. e plantio	76%	24%	74%	26%	98%	2%	82%	18%
Tratos culturais	57%	43%	64%	36%	90%	10%	54%	46%
Colheita	64%	36%	49%	51%	97%	3%	82%	18%
Total	66	34	62	38	95	5	73	27

Fonte: Pesquisa de Campo, - PEC/SR, CEPA-Ba.

Esta explicação, contudo, não se aplica ao estrato de 10-15, onde apenas um colono tinha um arado de tração animal, e nenhum dos entrevistados alugava equipamentos de trabalho.

No entanto, observou-se que este estrato tinha uma proporção maior que a média de trabalhadores, crianças e adultos, por família (ver Tabela 29). Na realidade, os dados nesta Tabela subestimam a superioridade do trabalho familiar no estrato de 10 a 15, pois, para o estrato de 6-10, a exclusão de uma única agrovila faria cair a média de trabalhadores nas famílias de 3,3 para 2, enquanto que a média maior do estrato de 10-15 vale para os representantes desse estrato em todas as agrovilas.

Assim, embora uma disponibilidade maior que a média de trabalho familiar possa permitir uma independência em relação ao trabalho assalariado, a importância deste último para todos os outros estratos, inclusive o de maior área cultivada, sugere que o trabalho exclusivamente familiar seja a exceção, e não a regra.

²² Ver nossa análise da “Pesquisa da Unidade Produtiva” no Capítulo anterior.

Tabela 29 – Número de trabalhadores familiares disponíveis por unidade (crianças e adultos), segundo o estrato e a fase do ciclo agrícola.

Fase do ciclo agrícola	0,6 (ha)		6-10 (ha)		10-15 (há)		15 ou + (ha)	
	Adulto	Criança	Adulto	Criança	Adulto	Criança	Adulto	Criança
Preparo do solo e plantio	1,4	0,2	2,4	1,1	2,6	1,4	3,6	0,7
Tratos culturais	0,9	0,2	2,5	1,1	2,6	1,4	3,0	0,7
Colheita	1,4	0,2	2,3	0,6	2,9	1,4	3,0	0,7
Média para todo o ciclo	1,1	0,2	2,4	0,9	2,7	1,4	3,2	0,7
	1,3		3,3		4,1		3,9	

Fonte: Pesquisa de Campo, PEC/SR, 1981, CEPA-Ba.

Ao invés de interpretar o emprego de trabalho assalariado como um expediente temporário para complementar a insuficiência do trabalho familiar disponível,²³ dever-se-ia antes entender o trabalho familiar autossuficiente como no máximo o efeito de um equilíbrio conjuntural, dentro de uma dinâmica de produção determinada pela relação entre o crédito, preços de mercado e renda obtida.

Como vimos acima, existe um salto qualitativo na área cultivada pelos usuários do crédito oficial (equivalente ao dobro da cultivada pelos não-usuários desse crédito). Além disso, a área de plantio dos que usam o crédito mostra uma tendência para aumentar de um ano para o seguinte, tendência observada também no caso de Paraguaçu e, como veremos, válida igualmente para os usuários de crédito de Irecê.

Assim, embora os planos de produção possam coincidir com a disponibilidade de mão de obra familiar, a mudança para a produção comercial, causada pelo crédito oficial, produz uma tendência para o cultivo de uma área cada vez maior, possibilitado pelo componente-salário do crédito.

Em vista dos repetidos fracassos de safra (três em seis colheitas), pareceria que este aumento na área cultivada, ainda que certamente

²³ Como faz José Vicente Tavares dos Santos em seu livro *Colonos do Vinho*. Cf. nossos comentários no Capítulo Um.

estimulado por preços de mercado em alta (tanto a Cooperativa quanto os intermediários estavam comprando acima dos preços mínimos na época da nossa pesquisa), também é promovido pela necessidade de superar os custos de produção sempre crescentes, que aumentaram consideravelmente mais depressa que os preços dos produtos agrícolas. O compromisso de pagar o crédito oficial, num contexto de custos relativos de produção crescentes, explicaria então esta tendência de aumento de produção, que é relativamente independente dos preços correntes de mercado para os produtos agrícolas. Portanto, uma vez incorporada ao ciclo da produção subsidiada, a disponibilidade de trabalho familiar desempenha um papel significativamente menor na determinação dos planos de produção. Isso se vê claramente se compararmos os dados sobre o trabalho familiar na amostra de não-usuários de crédito.

Neste caso, o trabalho familiar tem um predomínio esmagador para todas as fases, e o trabalho assalariado só assume uma proporção significativa no período da colheita.

Mas, se o trabalho familiar não mais estabelece os limites da produção de cada lote, ele continua a constituir-se núcleo básico. Isto se vê claramente nas Tabelas 28 e 29, onde o trabalho familiar é nitidamente predominante; e mesmo no único caso em que o trabalho assalariado é de maior peso (a fase de colheita para o estrato de 6-10), isto não implicou uma substituição do trabalho familiar, uma vez que uma média de três membros por família também estava envolvida.

Vimos anteriormente que, para uma grande maioria dos chefes de família entrevistados (73% – ver Tabela 27), o envolvimento com o crédito orientado representou um aumento no volume de trabalho. Assim, não houve tendência de emprego maior de trabalho assalariado passível de ser associada com a transformação do produtor direto em administrador.

Além disso, 73% dos entrevistados declararam que suas mulheres trabalhavam na lavoura, envolvidas, na grande maioria dos casos, em todas as fases do ciclo agrícola.

A porcentagem do trabalho infantil em proporção ao trabalho familiar total pode ser vista na seguinte Tabela:

Tabela 30 – Proporção do trabalho infantil sobre o familiar total (%).

Fase do ciclo agrícola	Estrato			
	0-6	6-10	10-15	15 ou +
Preparo e plantio	17%	40%	35%	4%
Tratos culturais	39%	27%	23%	15%
Colheita	12%	34%	38%	7%
Média total	23%	34%	32%	9%

Fonte: Pesquisa de Campo, PEC/SR, 1981, CEPA-Ba.

Esta percentagem é calculada com base no número absoluto de dias de trabalho, sem uma ponderação da produtividade do trabalho adulto comparado ao infantil, e portanto superestima a contribuição quantitativa deste último.²⁴

Aparentemente, a participação do trabalho infantil estaria declinando em resultado da ênfase à escolarização na estratégia de desenvolvimento integrado. Isto é o que sugere a declarada preferência pela contratação de trabalho ao invés de se tirarem as crianças da escola, tendo 67% se manifestado a favor da primeira alternativa.

Porém, esta informação é conflitante com a obtida em entrevistas com os professores, nas quais se declarou ser elevado o absentismo nos períodos de pico do ciclo agrícola. Mesmo assim, o fato de que a maioria dos entrevistados tenha declarado que contratariam trabalho indica tanto um contexto em que o trabalho assalariado é prontamente empregado, quanto pelo menos uma relutância em admitir um prejuízo à educação das crianças, que pode ser um primeiro passo em direção a um declínio na participação do trabalho infantil na estrutura do trabalho familiar.

Por enquanto, o trabalho infantil continua a ser um elemento constitutivo do trabalho familiar, e sua eliminação progressiva pelas prioridades educacionais da estratégia de desenvolvimento integrado implicaria uma séria crise para a unidade familiar, levando a uma dependência ainda maior do trabalho contratado.²⁵

²⁴ No entanto, as percentagens para o período de colheita podem estar subestimadas, em vista dos constantes fracassos de safra.

²⁵ Com relação à educação rural, estão-se fazendo tentativas para ajustar o currículo escolar ao ritmo do ciclo agrícola. Porém, isto levanta a questão de se dever ou não incentivar o trabalho infantil no contexto destes programas de modernização.

Diríamos então que, na medida em que a dependência do trabalho assalariado não substitui o trabalho familiar, e pode até ser vista como um reflexo do emprego intensificado deste, não existe base para se encarar este processo como sendo de “capitalização” do pequeno produtor, entendida como sua transformação num capitalista de pequena escala, da mesma forma como não se pode falar de uma capitalização dos produtores de Paraguaçu, conforme argumentamos no capítulo anterior.²⁶

Na verdade, esta dependência de trabalho assalariado é um produto da crescente subordinação do trabalho familiar ao circuito dos capitais financeiro e industrial, que é, como veremos, independente da acumulação conseguida pela unidade produtiva.

Assim, a integração ao crédito oficial, pelo menos em sua primeira fase, cria um novo tipo de unidade produtiva agrícola mista, onde ambos os componentes estão subordinados, como veremos mais adiante, a um processo de acumulação essencialmente realizado fora da unidade agrícola, em benefício de uma ampla gama de capitais, que vão do mercantil tradicional ao moderno capital financeiro, mas tendendo a beneficiar sobretudo os capitais agroindustriais.

Além disso, a natureza da produção subordinada ao crédito, embora abra caminho e mesmo exija o emprego do trabalho assalariado, ao mesmo tempo impõe limites estruturais ao grau de incorporação deste.

Como vimos acima, o crédito cedido é calculado em termos dos insumos requeridos por produto/área financiados, sendo a componente-trabalho calculada numa base de homens-dia por fase do ciclo agrícola.

Contudo, é este elemento que, além de permitir a contratação de mão de obra, tem de garantir o sustento da família durante o ciclo agrícola. Assim, embora o crédito cedido seja calculado unicamente em termos de trabalho produtivo, ele tem de assegurar primeiramente a reprodução da unidade familiar como um todo, incluindo, além do trabalhador agrícola produtivo, tanto os consumidores não-produtivos (crianças, velhos e enfermos) quanto os trabalhadores “não-produto” (envolvidos em trabalho doméstico e em atividades fora do lote). Os limites do trabalho

²⁶ Pesquisa da Unidade Produtiva, Unidade Técnica POLONORDESTE, Paraguaçu, 1981.

assalariado são definidos portanto pela diferença entre o empréstimo obtido e a soma necessária para a reprodução da família.

Na prática, este limite é elástico, pois tanto os custos da manutenção familiar quanto os gastos com outros insumos podem ser sacrificados para se contratar mão de obra, embora, por outro lado, o preço desta estivesse muito acima (153%) do considerado nas alocações do crédito a este item pelo banco.²⁷ Então podemos dizer que o limite superior para a contratação de trabalho é estabelecido pelas máximas condições toleráveis de autoexploração do colono e sua família. Esta conclusão indica o inverso de um suposto processo de “capitalização”. Além disso, o emprego ótimo do crédito levará a uma crescente orientação do trabalho familiar para fins produtivos, que limitará mais ainda a instauração de uma agricultura essencialmente baseada em trabalho assalariado.

No entanto, poder-se-ia argumentar que os custos da manutenção da família são relativamente inelásticos, e que grandes empréstimos poderiam tanto satisfazer o consumo quanto abrir a possibilidade de uma agricultura predominantemente baseada em trabalho assalariado.

Tal hipótese, ainda que teoricamente possível, é excluída na prática pelo caráter subdesenvolvido no mercado de trabalho, que toma a oferta de mão de obra demasiado imprevisível para servir como base predominante dos planos de produção. Além do mais, as áreas necessárias para uma agricultura viável nestas bases excederiam o tamanho dos lotes dos colonos, e os riscos envolvidos frente a uma safra mal-sucedida aumentariam enormemente.

Deste modo, a produção subsidiada pelos créditos oficiais tende a produzir simultaneamente uma dependência estrutural de trabalho assalariado e uma intensificação do trabalho familiar, a qual, por sua vez, estabelece um limite para o grau em que o trabalho contratado é incorporado ao ciclo de produção. Contudo, embora seja errôneo identificar qualquer tendência de capitalização do pequeno produtor, isto não significa que o produtor direto e o trabalhador assalariado possam ser vistos simplesmente como elementos complementares, ou mesmo intercambiáveis, no interior do mesmo processo de produção misto.

²⁷ O salário médio pago pelos entrevistados era de Cr\$ 230, embora a componente “contratação de trabalho” de crédito considerasse um salário de apenas Cr\$ 150.

Quando indagados sobre a natureza do trabalho contratado, a maioria dos colonos (52%) considerou difícil o seu recrutamento. 86% identificaram os trabalhadores contratados como colonos com lotes de terra, e numa questão aberta sobre as principais razões para empregar-se enquanto assalariado, a falta de recursos para o plantio e a necessidade de fundos para a manutenção da família corresponderam a 81% das respostas. Só uma pessoa sugeriu que isto era uma prática normal, e duas que se empregavam principalmente por razões afetivas.

Fica claro, então, que o trabalho assalariado em lotes alheios não é visto como um modo de complementar a produção agrícola, mas sim como uma opção forçada de colonos com recursos insuficientes para plantar ou sustentar a família. Tal trabalho é portanto encarado como uma alternativa para os que não conseguem cultivar sua própria terra.

Apenas 10% dos entrevistados afirmaram ter trabalhado em outros lotes durante o ano anterior. Embora se esperasse uma proporção muito maior entre os não-usuários do crédito oficial, somente 15% deles declararam haver trabalhado em terras alheias no ano precedente.

Pode ser que haja uma certa relutância em se admitir um *status* de assalariado no contexto do programa de colonização, onde as famílias devem candidatar-se com base em sua disposição e capacidade de cultivar seu próprio lote.

No entanto, entrevistas com técnicos da extensão rural e colonos das agrovilas mais avançadas (em termos de recursos ao crédito e de área cultivada) indicaram que o grosso da oferta de mão de obra proveio de recém-chegados, que não tinham tido tempo de preparar sua terra nem de conseguir crédito. Nos períodos de atividade agrícola mais intensa, estes colonos passariam a semana trabalhando nas agrovilas onde há uma elevada demanda de mão de obra, voltando a suas próprias agrovilas somente nos fins-de-semana.

Desse modo, parece que, para a maioria dos não-usuários do crédito oficial, a renda proveniente da comercialização de produtos não-agrícolas (ver acima a discussão sobre a importância da madeira e do pequeno comércio de mantimentos) e outros rendimentos obtidos fora do lote (envolvendo 17% dos entrevistados), além de uma acomodação a níveis de

subsistência inferiores, predominavam sobre o trabalho agrícola assalariado enquanto base para a sobrevivência.

Tabela 31 – Caracterização do trabalho assalariado no PEC/SR

Estrato	Agrovila	N.º de questionários	Cond. de recrutamento		Orig. da mão-de-obra contratada	Tipos de colônos contratados		Por que trabalham fora de seus lotes											
			Fáceis	Difícies		PEC/SR	Fora do projeto	Poss. de lotes	Não-poss. de lotes	Prob. de cal. agrícola	É uma prática comum	Ativ. agríc. não-rentável	Falta de rec. para plantar	Nec. de rec. para a man. da família	Auxílio a parentes e amigos				
Estrato 0-3	Agrovila 3	1	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estrato 3-6	Agrovilas 1	6	—	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		3	1	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		6	2	1	2	1	3	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estrato 6-10	Agrovilas 4	8	—	1	1	3	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		1	—	1	1	2	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		8	3	2	2	2	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		9	1	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		10	2	1	2	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estrato 10-15	Agrovilas 4	4	1	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		6	1	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		9	1	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		10	1	—	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estrato ou +	Agrovilas 9	2	2	—	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		21	10	11	20	1	17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo, PEC/SR, 1981, CEP-A-Ba.

Embora a demanda por trabalho assalariado seja generalizada entre os usuários do crédito oficial, e se mantenha para todas as fases do ciclo agrícola, a oferta é limitada e predominantemente temporária.

4.7. Crédito, tecnificação e renda agrícola

O efeito da adoção dos equipamentos e implementos agrícolas sobre a demanda de mão de obra, tal como aparece nas respostas a questões sobre esse tema, sugere que o colono, embora cada vez mais dependente do assalariado, não encara o emprego deste último como uma forma natural de suprimento de trabalho.

65% dos entrevistados tinham comprado equipamentos e/ou implementos agrícolas. Quando indagados sobre os efeitos dessas aquisições sobre o emprego de trabalho, todos disseram que elas diminuam a necessidade de contratar mão de obra, especialmente na fase de plantio. A ênfase maior para este período resulta, provavelmente, não tanto de seu caráter especialmente trabalho-intensivo, mas do fato de que faltam equipamentos aplicáveis às outras fases, particularmente à fase de colheita, que continua manual, como consequência do predomínio das lavouras consorciadas.

Em resposta a uma questão aberta sobre a preferência por tração animal ou mecânica, uma nítida maioria declarou-se favorável à última (74%), por motivos compatíveis com a necessidade de economizar trabalho em 88% dos casos (“torna o serviço mais fácil”, 29%; “torna o serviço mais rápido”, 35%; “substitui mão de obra”, 24%).

Além disso, 85% das respostas à questão “Você gostaria de adquirir instrumentos de trabalho?” foram afirmativas, tendo 82% delas indicado uma preferência por tração animal (36%) ou mecânica (45%), e com a maioria (55%) justificando a afirmativa com o argumento de que tal aquisição diminuiria as necessidades de trabalho.

Podemos assim detectar o início de uma tendência de se substituir mão de obra, particularmente a assalariada, por formas de mecanização, tendência esta que pode ser entendida como refletindo uma tentativa de se recuperar o domínio exclusivo do processo de trabalho pela estrutura familiar.

Aqui, mais uma vez, o emprego de trabalho assalariado, mais que um salto em direção a uma agricultura capitalista de pequena escala, pareceria representar um fator de restrição, a ser superado pelo incremento da produtividade do trabalho familiar com a mecanização.

Tal interpretação é reforçada quando se reconhece que esta mudança para a mecanização é financiada, principalmente, por um maior recurso ao crédito oficial, com todos os riscos que cercam o endividamento aumentado.

Dos 26 animais que os colonos afirmaram possuir, 19 (75%) tinham sido total ou parcialmente financiados pelo crédito, enquanto 9 (35%) haviam sido custeados por rendimentos provenientes da venda de produtos das safras.

A Tabela 32 contém dados sobre a aquisição de equipamentos e implementos. Como se pode ver, no caso dos equipamentos, o crédito continua a prevalecer; a renda obtida nas safras e as aquisições prévias só adquirem uma importância maior no caso dos implementos agrícolas básicos.

Tabela 32 – Discriminação dos equipamentos e implementos agrícolas segundo a origem dos recursos para sua aquisição.

Equipamentos e Implementos	Origem dos recursos para aquisição			
	Quantidade	Antes da colon.	Safra	Crédito
1. Equipamentos				
Plantadeiras mecânicas	40	4	7	7
Bombas hidráulicas	9	0	0	4
Carroças puxada a cavalo	17	0	2	15
Máquinas benef. de arroz	2	0	1	1
Pulverizadores manuais	8	0	3	3
Pulverizadores mec.	1	0	0	1
Subtotal		4	13	31

2. Implementos

Carrinho de mão	1	0	1	0
Enxada	101	11	15	4
Foices	64	12	14	5
Facões	26	8	8	6
Subtotal		31	38	15

Fonte: Pesquisa de Campo. PEC/SR. 1981. CEPA-Ba.

Esta dependência de crédito para investimento estende-se às benfeitorias agrícolas:

Tabela 33 – Benfeitorias agrícolas e recursos para sua instalação

Benfeitorias agrícolas	Origem dos recursos para sua instalação			
	Quantidade	Antes da colon.	Safra	Crédito
Casas de farinha	1	0	0	1
Armazéns	3	0	2	1
Cercas	19	2	5	13
Poços	2	0	0	2
Chiqueiros	6	0	4	2
Total	31	2	11	19

Fonte: Pesquisa de Campo, PEC/SR, 1981, CEPA/Ba

As peculiaridades da produção subsidiada pelo crédito oficial mostram-se agudas, quando consideramos a renda gerada pela produção agrícola nos lotes. Como vimos, são características de nossa amostra as tendências tanto para uma expansão na produção quanto para uma tecnificação da unidade agrícola. Este quadro, porém, contrasta fortemente com os dados referentes aos rendimentos obtidos nas safras.

Apenas 17% dos entrevistados tiveram um retomo na safra superior aos custos de produção, e, entre estes, a renda média anual obtida foi um pouco inferior a um salário mínimo por família. As perdas médias para os 83% que não conseguiram retornos positivos foram da ordem de 24 salários mínimos regionais. Embora nesse ano a colheita tenha sido excepcionalmente má, não se deve esquecer que três das seis colheitas efetuadas desde o início do projeto tinham sido generalizadamente mal-sucedidas.

Contudo, para fazermos uma ideia mais realista da renda agrícola potencial de um lote típico do usuário de crédito, calculamos a renda líquida, após o pagamento do crédito, para 7 hectares colhidos (3 de arroz e 4 de milho com mamona, que são as culturas predominantes no projeto etc.), usando a produtividade média alcançada na safra anterior, os preços de compra da Cooperativa e os Orçamentos do Crédito da Extensão Rural (veja Tabela 34).

Tabela 34 – Renda agrícola do colono típico, baseada em 7 hectares cultivados com arroz (3 ha) e milho com mamona (4 ha), considerando-se os cálculos de produtividade da extensão rural, e os preços pagos pela cooperativa em 1980/81.

Produtos	Crédito cedido, com base no orçamento da ext. rural	Preços de venda		Renda	
		Produtiv. ade. por ha	Preços da cooperativa	Preço total da safra	Preço total da safra – crédito obtido
Milho	Cr\$ 10.370 x 3 = \$31.110	1.656 kg	Cr\$ 800 p/ 50 kg	Cr\$79.200	Cr\$48.090
Arroz	Cr\$ 4.507 x 4 = \$18.028	510 kg	Cr\$ 750 p/ 60 kg	Cr\$25.500	Cr\$7.472
Mamona	Cr\$ 4.507 x 4 = \$18.028	613 kg	Cr\$ 1.380 p/ 60 kg	Cr\$56.304	Cr\$38.276

Renda total = Cr\$93.838

De acordo com estes cálculos, a renda líquida anual do lote seria de cerca de Cr\$ 93.838. Deste total, no entanto, devem-se deduzir os juros sobre o crédito,²⁸ que, a 10%, seriam de Cr\$ 6.717, e a primeira prestação do crédito de investimento, que em 1980/81 foi, em média, de Cr\$ 33.864, por usuário de crédito no projeto como um todo.

Normalmente, o crédito de investimento deve ser pago em três prestações, a partir da safra seguinte. f: preciso então deduzir mais Cr\$ 11.288, o que dá uma renda líquida anual de Cr\$ 75.833 substancialmente menor que um salário mínimo mensal por família.

²⁸ Tais juros são porém muitas vezes deduzidos antecipadamente, o que torna a manutenção dos planos de produção difícil.

Mesmo se dobrássemos esta renda, para considerar os que cultivam as maiores áreas, o total seria ainda inferior a um salário mínimo por trabalhador adulto em cada unidade familiar. Em termos de um salário por dia, isso significa que o trabalhador da família recebe substancialmente menos que o assalariado que ele contrata.²⁹

Assim, fica claro que a dinâmica de produção que observamos ao longo de toda a nossa análise (aumento na área cultivada, contratação de trabalho, tecnificação) não guarda relação alguma com a acumulação agrícola, e é completamente dependente dos mecanismos do crédito subsidiado.

Uma vívida confirmação desta tese é fornecida pelos dados sobre a safra de 1981/83, que prevêem um total de Cr\$ 300.000.000, para o crédito de custeio. Isto representa um aumento de 300% em relação ao ano anterior, a despeito dos fracassos generalizados de colheitas.

5. Conclusão

Neste Capítulo, aproveitando as condições de laboratório oferecidas pelo Projeto de Colonização de Serra do Ramalho, pudemos explorar o impacto da integração ao crédito oficial sobre o processo de trabalho da agricultura familiar. Ao fazê-lo, conseguimos determinar o papel estrutural, embora subordinado, da contratação de mão de obra, que é uma consequência da intensificação simultânea do trabalho familiar.

A contratação de trabalho não pode ser encarada como uma transição a uma agricultura capitalista em pequena escala no interior do Projeto. Na realidade, o colono procura recuperar o controle familiar sobre o processo de trabalho eliminando o trabalho assalariado em favor da mecanização, que é ao mesmo tempo estimulada pelas crescentes demandas da produção orientada pela extensão rural.

Além disso, os aumentos de produção e o maior consumo de produtos agroindustriais (sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos), mais as tendências de mecanização, longe de refletirem um processo de acumulação agrícola, podem ser sustentados a uma remuneração igualou

²⁹ Embora a Extensão Rural calculasse o salário de um homem/dia como sendo de Cr\$ 150, o valor médio deste salário, com base no estudo de campo, era de Cr\$ 250.

inferior ao salário mínimo, pelo mecanismo da produção subsidiada através do crédito oficial.

No caso de Paraguaçu, nossa análise mostrou que, embora estivessem presentes elementos de um mesmo processo, a estrutura latifundiária bloqueava amplamente o seu desenvolvimento.

No Capítulo seguinte, analisaremos um programa de modernização de pequenos produtores num contexto onde a produção comercial de alimentos é também o sistema dominante de produção de propriedades médias e grandes, e onde os níveis de mecanização são mais elevados que no exemplo do Projeto de Serra do Ramalho. Esperamos poder demonstrar mais claramente com este exemplo a natureza das contradições provocadas pela modernização do pequeno agricultor tradicional.